

A filosofia da linguagem de Searle a partir de um novo ponto de vista em
lógica epistêmica

Candidato: André Bazzoni Bueno

Supervisor: Luiz Henrique Lopes dos Santos

Instituição Sede: Universidade de São Paulo

Reviving Searle's philosophy of language from a new point of view in
epistemic logic

Proponent: André Bazzoni Bueno

Supervisor: Luiz Henrique Lopes dos Santos

Host Institution: Universidade de São Paulo

I. Enunciado do problema

Puzzle de Frege e um novo ponto de vista em lógica epistêmica

O chamado Puzzle de Frege mantém inabalável, mais de um século após sua primeira formulação no já clássico *Über Sinn und Bedeutung* (1892) de Frege, sua importância como um dos problemas mais fundamentais em filosofia da linguagem. O motivo para tanto é que o aparente paradoxo, também conhecido como “Paradoxo da Estrela Matutina”, envolve conceitos absolutamente centrais à filosofia da linguagem, tais como 'referência', 'significado', 'conhecimento', 'atitude proposicional', 'composicionalidade', 'necessidade', 'metafísica', 'mundos possíveis', etc.

De modo breve, o paradoxo consiste no seguinte: tomemos a sentença “A Estrela Matutina é a Estrela Matutina”, trivialmente verdadeira. Como é sabido, “Estrela Matutina” e “Estrela Vespertina” são duas denominações diferentes para o mesmo objeto celeste, ou seja, o planeta Vênus. Sendo assim, é natural supor que qualquer substituição de “Estrela Vespertina” por “Estrela Matutina” (e vice-versa) preserve o valor de verdade de todo enunciado no qual estas expressões encontrem-se inseridas. Por exemplo, após substituição, o valor de verdade de “A Estrela Matutina é a Estrela Vespertina” permanece devidamente inalterado. Porém, a primeira observação de Frege é a seguinte: embora a veracidade do enunciado não tenha sido rompida pela substituição, sua trivialidade, por outro lado, foi. De fato, a veracidade de “A Estrela Matutina é a Estrela Vespertina” de modo algum pode ser caracterizada como trivial.

Entretanto, reside aí um aspecto ainda mais sério. Se estamos realmente autorizados a substituir uma expressão pela outra livremente, preservando a veracidade dos respectivos enunciados, somos inevitavelmente conduzidos a concluir que, uma vez que o enunciado “Aristóteles acredita que a Estrela Matutina é a Estrela Matutina” é trivialmente verdadeiro (considerando-se Aristóteles um indivíduo racional), a mesma operação de substituição deveria dar lugar a outro enunciado verdadeiro (negligenciemos por um momento a preservação da trivialidade), a saber: “Aristóteles acredita que a Estrela Matutina é a Estrela Vespertina”. Ora, evidentemente, o fato de que as estrelas “Matutina” e “Vespertina” se referem ao mesmo objeto celeste não implica de nenhuma forma que Aristóteles acredita que elas são de fato o mesmo objeto. Mas se estamos dispostos a aceitar, primeiramente, que

ambas as estrelas são Vênus; além disso, que a substituição de termos co-referenciais em um enunciado preserva o valor de verdade deste; e que, finalmente, todo enunciado do tipo “*a* acredita que ...” é contingente; então estamos diante de um real paradoxo: pelo menos uma dessas premissas deve ser abandonada. Mas qual?

Diversas tentativas têm sido realizadas desde então de modo a detectar a origem do paradoxo. Todas elas, desde a distinção fregeana entre referência (*Bedeutung*) e significado (*Sinn*), e seu aperfeiçoamento por Carnap (e em seguida Kanger) em termos da já clássica dicotomia extensão-intensão, passando pela recusa de Quine em lidar com termos não-extensionais, até a solução dita “citacional” de Davidson, todas elas, mesmo trazendo à tona importantes observações relacionadas ao puzzle, não foram capazes de oferecer uma solução satisfatória ao problema.

Dentre as inúmeras tentativas, uma em particular serviu-me de ponto de partida em minha tese de doutorado; refiro-me à lógica epistêmica de Hintikka, introduzida seu livro *Knowledge and Belief* (1962). Mesmo sendo também a solução ao puzzle dada pelo próprio Hintikka problemática em diversos aspectos, no meu ponto de vista ela se mostra especialmente inspiradora, pelo fato de isolar um tipo de intensionalidade epistêmica da intensionalidade em geral.

Mais especificamente, Hintikka se pergunta, antes de abordar diretamente o puzzle de Frege, qual é o significado de enunciados do tipo “*a* acredita que...”, e “*a* sabe que...”, os quais se mostram centrais, como exemplos do que em geral se caracteriza como atitudes proposicionais, ao surgimento do argumento paradoxal.

Hintikka interpreta esses dois tipos de atitude proposicional que ele se propõe investigar da mesma maneira que o conceito de necessidade é tratado na lógica intensional dotada de sua habitual semântica de mundos possíveis (modelos de Kripke), isto é, em termos de quantificação universal sobre mundos possíveis. Assim, o enunciado “*a* acredita que *p*”, onde *p* é um enunciado, seria entendido segundo a seguinte fórmula, relativamente ao mundo possível *W*: “em todo mundo possível *w* compatível com o que *a* acredita verdadeiro relativamente a *W*, temos *p* verdadeiro relativamente a *w*”. O mesmo vale para “*a* sabe que *p*”, substituindo “sabe” por “acredita” na cláusula semântica do enunciado.

Em minha tese de doutorado, mostrei como é possível obter um sistema modal semanticamente equivalente ao proposto por Hintikka, através de uma simplificação formal da relação entre atitude proposicional e mundos possíveis. Trata-se de uma redução que elimina a quantificação universal sobre mundos possíveis, permitindo

assim não somente uma maior elegância e simplicidade formais, mas também a possibilidade de tratar diretamente de mecanismos referenciais (o que era antes bloqueado pela quantificação) dentro de um modelo modal; e, principalmente, uma límpida, direta e quase incontroversa solução ao puzzle de Frege.

Não totalmente incontroversa, primeiro porque em filosofia um tal estágio argumentativo pertence aos objetivos, e não aos resultados; especificamente, neste caso, porque é preciso uma ligeira reformulação do modelo semântico formal clássico para que possamos trabalhar com o novo sistema reduzido.

Vejamus primeiramente como seria a interpretação do mesmo enunciado do tipo “*a* acredita que...” de acordo com o sistema reduzido. Onde Hintikka postulava uma condição de verdade relativamente a uma totalidade de mundos possíveis, o novo sistema reduzido propõe um único mundo possível, mais especificamente a interseção da totalidade utilizada por Hintikka.

De forma mais direta, o enunciado “*a* acredita que *p*” passa a ser entendido da seguinte maneira, relativamente ao mundo possível W : “no mundo possível w_a associado ao que *a* acredita verdadeiro relativamente a W , temos *p* verdadeiro relativamente a w_a ”.

Em vez de todos os mundos compatíveis com w_a , temos simplesmente w_a , que é, de um ponto de vista formal, a interseção de todos os mundos possíveis compatíveis com o que *a* acredita verdadeiro em W . De um ponto de vista intuitivo, w_a é o mundo possível constituído por tudo o que *a* acredita verdadeiro em W . Isso quer dizer que a todo indivíduo racional *a* está associado um mundo possível w_a que contém toda a sua visão objetiva do mundo W , por assim dizer.

Com relação ao modelo de Kripke tradicional, portanto, teremos duas modificações principais no caso do novo sistema epistêmico reduzido. Primeiramente, não necessitamos mais de relações de compatibilidade (acessibilidade) associadas aos agentes epistêmicos, uma vez que a atitude do agente se refere a um mundo possível específico, e não mais a uma totalidade de mundos possíveis definida através das relações de compatibilidade.

Por outro lado, precisamos de um novo tipo não-clássico de mundos possíveis associado a cada agente (relativamente a um mundo possível clássico, como o Mundo Real). Chamemos w_a o "mundo possível intencional associado ao agente *a*" (relativamente a um dado mundo possível).

No novo modelo epistêmico alternativo ao modelo de Kripke clássico, os agentes figuram não mais como relações de compatibilidade, mas como pontos de avaliação. Por outro lado, a introdução dos mundos possíveis intencionais mostra-se não somente formalmente desejável, já que simplifica o modelo de Hintikka sendo ao mesmo tempo semanticamente equivalente a ele (como é fácil demonstrar), mas também filosoficamente justificável: o conjunto de crenças (objetivas) de um agente racional simplesmente constitui por si só um fragmento de mundo possível na concepção tradicional do termo (i.e. formalmente, na forma de atribuições completas, e não parciais). Assim, a introdução de mundos intencionais não faz mais do que isolar determinados fragmentos de mundos possíveis clássicos, sem a introdução de elementos verdadeiramente novos, e possivelmente problemáticos.

Além disso, o novo sistema reduzido oferece uma solução simples ao puzzle de Frege.

Vimos anteriormente que uma das premissas do puzzle traduzia um princípio de substitutividade de termos co-referenciais. Trata-se do conhecido Princípio de Substitutividade (PS). Pois bem, tendo em mãos o nosso novo modelo epistêmico, nos vemos agora capazes de aceitar todas as premissas do puzzle, sem que elas nos conduzam a uma conclusão contraditória.

Para isso, basta explicitar PS (e não repará-lo, como tantas outras soluções ao puzzle sugeriram, inclusive a de Hintikka) do seguinte modo. PS diz: “dois subtermos co-referenciais são substituíveis em um enunciado de tal maneira que o valor de verdade deste permanece inalterado”. O raciocínio paradoxal se deve a uma falha não de PS, mas de sua formulação.

Especificamente, em um sistema modal não estamos autorizados a falar sobre referência desde um ponto de vista absoluto; devemos precisar em que mundo possível a operação referencial é realizada. O que acontece, então, é que a falta de uma devida explicitação no enunciado de PS quanto aos mundos possíveis em que ocorrem a fixação referencial, por um lado, dos subtermos, e por outro, do enunciado complexo, pode resultar em um conflito entre os dois processos referenciais. É exatamente o que ocorre no puzzle de Frege: em “Aristóteles acredita que a Estrela Matutina é a Estrela Vespertina”, a referência dos dois subtermos “Estrela Matutina” e “Estrela Vespertina” é fixada no mundo intencional associado ao agente Aristóteles; ao passo que a referência (i.e. o valor de verdade) do enunciado complexo é fixada no Mundo Real, que é o mundo possível *by default* de avaliação. Se “Estrela Matutina” e

“Estrela Vespertina” são co-referenciais no mundo intencional de Aristóteles, então PS diz que as duas expressões são substituíveis *salva significatione* no mundo intencional de Aristóteles, sem que nada seja dito a respeito de outros mundos possíveis.

A corrente filosófica tradicional, e a filosofia da linguagem de Searle

Mais além do importante fato de que o novo modelo epistêmico acima esboçado, semanticamente equivalente ao de Hintikka, resulta em uma solução simples e quase incontroversa ao resistente puzzle de Frege, outras cruciais e mais gerais consequências podem ser também vislumbradas.

O objetivo do presente projeto consiste em desenvolvê-las sob a co-supervisão direta daquele cuja filosofia, ao meu ver, mais se sintoniza com os resultados obtidos em minha tese: o Prof. John Searle, da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Mais especificamente, além da supervisão principal do Prof. Luiz Henrique Lopes dos Santos, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, que será o responsável pelo andamento geral do projeto, este último prevê um estágio (objeto este de uma proposta complementar de Bolsa FAPESP de Estágio de Pesquisa no Exterior-BEPE) de 12 meses no Departamento de Filosofia da Universidade de Berkeley sob supervisão do Prof. Searle (o proponente já obteve a concordância não apenas do Prof. Searle, mas também do Comitê de Pós-Doutorado de Berkeley).

Em seu livro *Intentionality* (1983), Searle propõe uma abordagem não-clássica da filosofia da linguagem. Sua obra se inscreve no âmbito de um conhecido debate que tomou conta do cenário filosófico da segunda metade do século XX, e que opunha o ponto de vista internalista de Frege e Searle ao ponto de vista externalista de Kripke, Putnam, Donnellan, e outros. (Mas, como veremos, a teoria geral de Searle também se distancia da filosofia de Frege.)

Internalismo vs. Externalismo: onde reside o significado?

Repassemos, primeiramente, o conteúdo do debate internalismo/externalismo.

O ponto de vista internalista sobre a noção de significado pode ser concentrado no slogan que, inicialmente em sua versão negativa celeberramente preconizada por Putnam, vem desde então resumindo o núcleo geral do debate: “o significado está na mente”.

A pergunta central que separa os dois pontos de vista a partir das respostas positiva e negativa, respectivamente, pode ser elaborada da seguinte maneira: "Processos cognitivos associados às capacidades linguísticas são, ou não, suficientes ao mecanismo de determinação referencial?".

Neste ponto, cabe um esclarecimento prévio. Evidentemente, é necessário que haja uma interação entre a mente do sujeito falante e a realidade, já que, de outra forma, seríamos fatalmente conduzidos a uma forma indesejável de relativismo semântico. O que a tese internalista diz é que, dado o mundo tal como ele é (ou tal como concordamos em maior ou menor grau que ele é), os processos mentais relativos ao funcionamento da linguagem mostram-se suficientes à determinação referencial. A tese externalista, por outro lado, sustenta que a determinação referencial depende do mundo, não somente na simples esfera ontológica associada à determinação dos objetos "referenciáveis", mas também no que tange ao próprio mecanismo epistemológico de associação da linguagem ao mundo previamente estabelecido.

Nomes próprios e designação rígida

A arena privilegiada de batalha entre internalistas e externalistas é reconhecidamente a semântica dos nomes próprios. Nesse campo, os termos utilizados pelos internalistas e externalistas são, respectivamente, 'descriptivismo' e 'designação rígida'.

Essencialmente, a tese da designação rígida postula que a referência de um nome próprio é invariável através dos mundos possíveis. Em particular, se o nome 'Héspero' se refere no Mundo Real à estrela vespertina, então 'Héspero' deve se referir à estrela vespertina em todos os mundos possíveis. Em outras palavras, não existe uma situação concebível em que 'Héspero' pudesse não se referir à estrela vespertina.

A relação com o ponto de vista externalista é direta. Independentemente do fato de que se saiba ou não que 'Héspero' e 'Eósforo' (cuja referência é a estrela matutina) se referem ao mesmo objeto celeste, temos que os dois nomes se referem ao mesmo objeto celeste em todos os mundos possíveis. Mas se isso é verdade, então a referência dos nomes próprios encontra-se determinada independentemente de qualquer possível estado cognitivo dos sujeitos falantes. Por exemplo, mesmo que a absoluta totalidade dos indivíduos racionais acredite que 'Héspero' se refere a um cometa, ainda assim, em um enunciado como "Héspero estava visível ontem às 18h

no centro de Moscou”, a referência de 'Hésero' continua sendo o planeta Vênus. O mecanismo cognitivo de todos os indivíduos relacionado à determinação referencial do nome próprio produz um cometa como referência de 'Hésero'; no entanto, a referência de 'Hésero' simplesmente não é esse cometa.

Designação rígida, metafísica e mundos possíveis intencionais

Mas como um nome próprio pode referir-se ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis, ao mesmo tempo que sua referência pode variar de acordo com diferentes mundos possíveis intencionais? Por exemplo, qualquer agente racional está autorizado a acreditar que 'Hésero' é um cometa, e não o planeta Vênus.

Obviamente, embora Kripke não dispusesse de uma terminologia em termos de mundos intencionais, essa possibilidade já lhe era conhecida através do puzzle de Frege. Sua resposta a tal objeção é também conhecida, e se baseia na introdução de uma distinção entre dois tipos de necessidade, a saber, "necessidade a priori", e "necessidade a posteriori". A diferença entre os dois casos consiste em que um enunciado necessário a posteriori pode ser desconhecido pelos agentes (até mesmo pela totalidade dos agentes), sem que deixe de ser, entretanto, necessário. É o caso de "Eósforo é Hésero". Mesmo que a identidade entre os dois corpos celestes seja desconhecida, como o era na Antiguidade, essa identidade é necessária: não se pode conceber uma situação em que Eósforo não seja Hésero.

Em outras palavras, os argumentos de Kripke apontam para uma divisão da classe dos mundos possíveis em mundos metafisicamente possíveis, e mundos epistemicamente possíveis. Assim, embora um mundo possível intencional seja concebível no qual Eósforo e Hésero sejam objetos celestes diferentes, resulta metafisicamente necessário que Eósforo e Hésero sejam de fato o mesmo objeto celeste. Portanto, o fato de que "Eósforo é Hésero" seja necessário a posteriori significa que 'Eósforo' e 'Hésero' designam o mesmo objeto celeste em todos os mundos metafisicamente possíveis.

Primeira pressuposição: Mundo Real Material vs. Mundo Real Lógico

A semântica de mundos possíveis clássica apoia-se em certos pressupostos filosóficos, que se revelam convenientes aos externalistas, mas que, como Searle salientou em diversas ocasiões, fogem a seus próprios pontos de vista em filosofia da linguagem – e, como veremos, ao ponto de vista internalista em geral.

O primeiro deles que me proponho analisar e, conseqüentemente, revisar, encontra-se relacionado ao conceito de Mundo Real, que no modelo de Kripke tradicional figura como um mundo possível particular (embora sem dúvida privilegiado) pertencente à classe de todos os mundos possíveis. O pressuposto que esse tipo de modelo parece carregar é, entretanto, de natureza filosófica, e não exatamente formal, e consiste em uma confusão entre esse Mundo Real do modelo de Kripke, de caráter eminentemente lógico, e o Mundo Real material, ou externo, de caráter metafísico.

Não se trata, em hipótese alguma, de um ponto relacionado ao eterno debate entre materialistas e idealistas. Não se trata da existência ou não de um mundo exterior independente da mente. O fato é que, admitindo-se a hipótese de um mundo material, daí nada permite concluir que esse mundo material seja o Mundo Real lógico da semântica modal *à la* Kripke. Porém, o argumento modal de Kripke contra o internalismo semântico supõe exatamente tal assimilação.

De fato, a necessidade metafísica, ao ser dissociada da necessidade epistêmica (a última implica a primeira, mas não inversamente), se vê associada a determinadas verdades situadas acima do conhecimento objetivo, isto é, acima de qualquer agente de conhecimento.

O único abrigo lógico possível para esse tipo de verdade é o Mundo Real, já que as necessidades a posteriori só podem ser conhecidas através de seu valor de verdade no Mundo Real.

Uma outra forma de observar esse fato é por meio do seguinte argumento: não importa o que sabemos sobre a identidade entre 'Eósforo' e 'Héspero', o que importa é que, independentemente disso, essa identidade deve ser necessariamente verdadeira ou falsa no Mundo Real. Obviamente, o argumento implica uma assimilação entre Mundo Real lógico e Mundo Real material: o que chamamos "verdadeiro no Mundo Real" é independente de qualquer elemento epistêmico, e apoia-se unicamente na realidade do mundo externo.

O grande problema que daí resulta é o seguinte. Para que a inclusão do mundo externo como Mundo Real lógico em nosso sistema formal tenha alguma utilidade, é preciso que possamos determinar o conteúdo desse mundo, ou seja, determinar quais enunciados são verdadeiros e falsos relativamente a esse mundo. Porém, como podemos determinar o que é verdadeiro ou falso no mundo externo, se os valores de verdade no mundo externo são independentes do conhecimento objetivo?

Alguns observarão que a divisão entre necessidade epistêmica e necessidade metafísica não dissocia obrigatoriamente esta última do conhecimento objetivo. Por exemplo, no caso de "Aristóteles acredita que Héspero é um cometa", o fato de que Héspero seja o planeta Vênus independe do estado epistêmico do agente Aristóteles, mas isso não significa que independa do estado de conhecimento científico atual, segundo o qual "Héspero é o planeta Vênus" é verdadeiro, e, por conseguinte, necessário a posteriori.

Ora, esse artifício revela-se enganoso, e apenas transfere a noção de conhecimento objetivo da esfera individual à esfera coletiva, como se esta fosse independente da outra.

Se devemos concluir que "Eósforo é Héspero" é necessário a posteriori através da constatação de que, primeiro, trata-se de uma verdade do Mundo Real; e segundo, toda identidade é necessária; então a pergunta é a seguinte: Por que a verdade de "Eósforo é Héspero" de hoje é mais necessária a posteriori do que a verdade de "Eósforo não é Héspero" da Antiguidade. Suponhamos que os antigos já tivessem a noção kripkeana de necessidade a posteriori; então eles certamente diriam que "Eósforo não é Héspero" é uma necessidade a posteriori, utilizando exatamente os argumentos utilizados por Kripke na defesa da necessidade a posteriori de "Eósforo é Héspero". Mas, claramente, não podemos ter duas necessidades a posteriori contraditórias, e uma necessidade a posteriori não pode estar sujeita a revisão. Além disso, quem garante que uma civilização futura, dotada de meios tecnológicos e intelectuais muito mais potentes do que os nossos, não descobrirá afinal que, devido a um fenômeno sutilíssimo de ilusão ótica, os nossos cientistas atuais foram levados a crer que Eósforo é Héspero, mas que, na realidade, trata-se de dois objetos celestes distintos?

Em poucas palavras: mesmo que o Mundo Real lógico seja identificado ao Mundo Real material, seria impossível sabê-lo. Mesmo que atinjamos o conhecimento indubitável, é impossível saber que atingimos de fato o conhecimento indubitável. Mas então, o enunciado "Atingimos o conhecimento indubitável" não pode ser indubitável, e restaria ainda uma lacuna entre os mundos reais lógico e material.

Por outro lado, se idealizamos o Mundo Real lógico como sendo o Mundo Real material, ao mesmo tempo reconhecendo que não dispomos de conhecimento suficiente para determinar todas as verdades do Mundo Real lógico-material, então devemos estar igualmente preparados para reconhecer que as verdades determinadas

são passíveis de revisão. Antes de qualquer coisa, é importante notar que uma tal perspectiva encontra-se já em conflito com o modelo tradicional, em que todos os mundos possíveis são considerados totais (ou seja, eles atribuem um valor de verdade a todo enunciado da linguagem), ao passo que passamos a lidar agora com um Mundo Real parcial.

Assim, devemos reconhecer que “Eósforo é Héspero” é uma verdade passível de revisão. Mas então, ela não pode ser necessária a posteriori. Esse fato não é incompatível com a existência de uma necessidade a posteriori em relação ao enunciado, isto é, ainda podemos admitir que “Eósforo é Héspero”, ou sua negação “Eósforo não é Héspero” é uma necessidade a posteriori, mas nesse caso é preciso reconhecer que não podemos obter acesso a essa necessidade e, ao mesmo tempo, saber que obtivemos acesso de fato a ela.

A teoria externalista tenta contornar tal dificuldade através da introdução, em maior ou menor grau de explicitação, de uma espécie de ponto de vista absoluto, a partir do qual seria possível assegurar-se de que de fato uma verdade necessária a posteriori foi alcançada. Esse ponto de vista é sugestivamente explícito na obra de Donnellan, que chega a se referir a um “*omniscient being who sees the whole history of the affair*”. Sem tocar nas consequências metafísicas obscuras de semelhante entidade dotada de poderes divinos, uma questão mais objetiva com relação a esse ser onisciente é: Qual é o lugar dele no modelo semântico formal? Por hipótese, esse lugar não pode ser o Mundo Real, e a figura do agente epistêmico encontra-se igualmente descartada, já que o ponto de vista absoluto é justamente aquele que se eleva além de todo estado epistêmico. Além disso, todo e qualquer mundo possível, acessível ou não desde o Mundo Real encontra-se também descartado, pois caso contrário, ele seria “mais real” do que o Mundo Real, e deveria portanto ser substituído por este último, o que nos levaria de volta ao problema do Mundo Real absoluto.

Concluindo, todas as opções mais naturais a um tratamento externalista do modelo semântico parecem conduzir a impasses incontornáveis.

Segunda pressuposição: Individuação vs. Identificação

Retomemos a questão da designação rígida associada aos nomes próprios. Como vimos, o fato de que os nomes próprios se referem ao mesmo indivíduo do universo de discurso em todos os mundos possíveis (metafísicos) conduz à seguinte

constatação de teor essencialmente externalista: o mundo material é a última e decisiva instância de determinação referencial de um nome próprio (mas também, como sustenta Putnam, dos chamados “termos gerais”, como ‘água’, ‘tigre’, etc.). Consequentemente, dados dois nomes próprios, a identidade entre eles, isto é, o problema de saber se os indivíduos por eles designados rigidamente são ou não idênticos encontra-se a cargo, em última análise, do mundo externo.

Nesse ponto reside a segunda pressuposição do modelo semântico tradicional, que pode ser brevemente elaborada, seguindo a crítica de Searle, como um ponto de vista da individualidade como dado adquirido. Em outras palavras, a segmentação do mundo em indivíduos é um dado que, uma vez estabelecido dentro do modelo formal, permanece invariável através das análises posteriores.

Esse aspecto pode ser observado em ação por meio da fórmula de Kripke, introduzida acima, segundo a qual, uma vez que ‘Eósforo’ e ‘Héspero’ se referem a um mesmo indivíduo, segue-se daí que em nenhuma situação alternativa possível (ou seja, em nenhum mundo possível alternativo ao Mundo Real), ‘Eósforo’ e ‘Héspero’ se referem a indivíduos diferentes.

Eis aqui, entretanto, uma situação em que ‘Eósforo’ e ‘Héspero’ se referem a indivíduos diferentes: imaginemos o seguinte experimento designado a estabelecer a identidade dos dois termos (o conteúdo do experimento é irrelevante, o que importa é que, necessariamente, essa identidade deve ser testada de modo empírico, como o foi de fato através de observações astronômicas). Dois astrônomos, Merlin e Evelyn (para *morning* e *evening*, respectivamente) são enviados ao espaço. Merlin é enviado à Estrela Matutina, Eósforo; e Evelyn é enviado à Estrela Vespertina, Héspero. Os dois se encontraram em seu destino e transmitiram o fato à Terra, onde os astrônomos puderam concluir que Eósforo e Héspero constituem o mesmo corpo celeste. Porém, mesmo que se trate, realmente, de uma verdade estabelecida, não se trata, de forma alguma, de uma verdade necessária, nem mesmo de tipo a posteriori: poderia ter sido perfeitamente verificado que Merlin e Evelyn não se encontraram em seu destino (suponhamos que um deles permanece imóvel, e que o outro pode facilmente percorrer a superfície do corpo celeste onde aterrissou). Esta é a situação que Kripke considera impossível, em que Merlin e Evelyn não se encontram em seu destino.

Searle já havia chamado a atenção para o fato de que o sistema tradicional assimila (donde resulta a pressuposição acima delineada), em seu mecanismo de individualização, duas operações distintas relacionadas ao conceito de

individualidade: a individuação, e a identificação. Não basta determinar uma segmentação do mundo; é preciso, além disso, saber identificar essa segmentação posteriormente. Em concreto, não basta estipular: “isto é o indivíduo *a*”; é preciso estabelecer um método de identificação deste indivíduo, para que, posteriormente, diante do mesmo indivíduo, sejamos capazes, não somente de estipular: “este é o indivíduo *b*”, mas também de determinar: “o indivíduo *b* é o indivíduo *a*”. Como também observou Searle, o fundamento dessa última operação é o reconhecimento. Sem reconhecimento, não há identificação; sem identificação, não há individualização; e o reconhecimento é um processo fundamentalmente mental. Logo, uma vez realizada a individuação, a operação de determinação da identidade entre dois nomes repousa fundamentalmente em um mecanismo cognitivo.

Reconstruindo as bases do modelo

Minha pesquisa tratará, essencialmente, de desenvolver as bases teóricas até aqui expostas, através de uma reconstrução das pressuposições do modelo tradicional, de acordo com o novo modelo epistêmico reduzido. Trata-se de um problema de vital importância a diversas áreas da Filosofia, e não somente à Lógica e à Filosofia da Linguagem, mas também à Metafísica (qual é o estatuto metafísico do Mundo Real?), à Ontologia (como se dá a constituição do indivíduo, e o que faz dele um elemento estável?), Epistemologia (como se dá o acúmulo e a revisão de conhecimento, e qual é sua relação com o conceito de verdade?), e à Filosofia da Mente e até mesmo Moral, uma vez que o debate internalismo/externalismo estende-se também, e de maneira fundamental, a essas áreas da Filosofia. Portanto, o sucesso de minha pesquisa estará associado a uma contribuição que pode revelar-se vital a diversos domínios filosóficos, sobretudo sob o aval de um filósofo da estatura de Searle.

O objetivo final do projeto aqui proposto consiste em reunir todas as ferramentas acima expostas em uma teoria consistente e em consonância com as teses filosóficas de Searle, respectivamente aos temas abordados, tanto em meu trabalho no Brasil com o Prof. Luiz Henrique, que tanto já estudou e contribuiu a debates em estreito contato com o objeto da presente proposição de pesquisa; quanto em meu estágio com o Prof. Searle em Berkeley.

II. Resultados esperados

Os resultados do projeto aqui exposto serão apresentados especialmente sob forma de artigos científicos a serem submetidos a revistas especializadas de alto nível, nacionais e sobretudo internacionais.

Com este material, o proponente vislumbra, em um segundo momento, a produção de um livro cujo intuito será o de cobrir a totalidade dos temas abordados de uma maneira homogênea e estruturada, abrangendo desde os primórdios do problema, em Frege, passando pelas ferramentas de Lógica Modal, e alcançando os diversos temas que daí decorrem, como detalhados neste documento. Durante os 36 meses de duração prevista do projeto (incluídos os 12 meses de estágio em Berkeley), o proponente acredita ser viável, se não a finalização da versão definitiva do volume, ao menos uma primeira versão madura e consistente do mesmo.

Além disso, os resultados serão igualmente apresentados, especialmente ao longo de suas etapas preliminares, através de seminários e colóquios no Brasil e no exterior, em particular nas duas instituições envolvidas, de forma a estimular a discussão com outros pesquisadores e, conseqüentemente, o aprimoramento do resultado final.

Finalmente, o proponente se dispõe a organizar, no Brasil e nos Estados Unidos, e em conjunto com os respectivos departamentos, encontros, seminários e/ou workshops sobre os temas específicos a este projeto, estimulando em particular a interação multidisciplinar tão característica de sua pesquisa.

III. Desafios científicos e tecnológicos e os meios e métodos para superá-los

O maior desafio científico que o presente projeto pretende transpor encontra-se relacionado à enorme consolidação das teses externalistas durante a segunda metade do século passado.

Com efeito, a tese externalista triunfou de maneira surpreendentemente soberana. Aliás, sua vertente mais generalizada, também conhecida como a ‘teoria da referência direta’, pode, talvez, ser considerada como a tese mais bem-sucedida e solidamente estabelecida da filosofia da linguagem dos últimos 50 anos,

principalmente sob a pluma de Kripke em seu *Naming and Necessity* (1980), sem dúvida um dos livros mais influentes da história recente da filosofia analítica.

Embora meu estudo não seja de caráter histórico, uma hipótese sobre a evolução do debate revela-se útil à introdução do motor inicial do presente projeto. A meu ver, o fato de que Searle, apesar de sua já amplamente difundida reputação filosófica, se opusesse a dois renomados lógicos formais, Kripke e Putnam (sendo o primeiro já celebrado como o pai adolescente da semântica modal), cujos argumentos se amparavam em sólidos e rigorosos resultados matemáticos obtidos sobretudo a partir da obra do próprio Kripke, mais especificamente no que concerne à poderosa e profícua (ainda, e talvez mais ainda, nos dias de hoje) semântica de mundos possíveis, utilizada com tanto sucesso em lógica modal; esse fato hipoteticamente contribuiu para a prevalência das ideias de Kripke-Putnam sobre as de Searle.

Se, na outra ponta do debate, Searle não lançou mão de tais ferramentas formais, uma das principais razões para isso reside no fato de que certas pressuposições filosóficas subjacentes ao sistema formal, e indissociáveis do modelo de mundos possíveis, revelavam-se conflituosas com seu próprio pensamento filosófico, como vimos acima.

Para que tal adaptação fosse, no final das contas, exequível, seria necessária uma revisão, e a consequente elaboração de uma semântica de mundos possíveis até um certo ponto “não-standard”, em que se pudessem reverter os tipos de pressuposição que tornavam o modelo tradicional inapropriado a certas ideias filosóficas tais como as de Searle.

Ao começar a considerar as possíveis consequências dos resultados – acima delineados – obtidos em minha tese, logo notei que eles conduziam à rejeição das teses externalistas em geral. Além disso, em um segundo momento, ao reler *Intentionality*, constatei uma estreita correspondência entre o conteúdo filosófico de minha pesquisa, e os argumentos apresentados por Searle em seu livro.

A pesquisa aqui proposta pretende amalgamar um sistema lógico formal à tese filosófica de Searle, tratando assim de forma original o desafio científico de erigir um modelo rigoroso e solidamente estabelecido para a tese internalista em geral, e em particular sua versão defendida por Searle. Não somente isso, mas tentarei mostrar também que seus argumentos, que já dispunham de uma base intuitiva suficiente para, ao menos, manter em aberto o debate, poderiam agora, erguidos sobre um alicerce formal de mesma natureza que o utilizado pela corrente externalista, oferecer novos

pontos de vista rigorosos, e mais plausíveis, sobre questões filosóficas essenciais, tais como a teria da referência, do significado, da semântica dos nomes próprios, dos conceitos de crença, conhecimento e intencionalidade.

A fim de superar tal desafio, deve-se, portanto, abordar os pontos diagnosticados de forma original, clara e consistente o bastante para que o ‘sentimento externalista’ vigente seja devidamente revertido.

Em resumo, a primeira pressuposição pode ser mais diretamente superada através da introdução dos mundos possíveis intencionais. Com efeito, estes permitem fundar o conceito de Mundo Real em uma base lógica distinta da base material do Mundo Real externo, como acima delineado. O Mundo Real lógico tenta descrever o Mundo Real material, sem ser idêntico a ele. Este último é o objeto, e não o sujeito da análise filosófica. Os mundos intencionais são o material a partir do qual o Mundo Real lógico será construído, ou seja, é a partir de conhecimentos objetivos individuais que o conhecimento objetivo coletivo se estrutura, e é a partir deste que o Mundo Real lógico se ergue, finalmente.

A segunda pressuposição será desmantelada a partir de uma teoria do reconhecimento baseada no conceito de individualidade. Como forma de antecipação da teoria, defenderei em particular que os nomes próprios tem como significado um indivíduo, mas que sua referência é variável, e não fixa como quer o modelo tradicional. A referência de um nome próprio não é um indivíduo, como querem as principais teses estabelecidas, e sim uma *ocorrência de indivíduo*; ao passo que um indivíduo pode ser descrito como uma classe de equivalência com respeito à ‘relação de individualidade’. Um indivíduo é assim, de um ponto de vista formal, a classe de equivalência de todas as ocorrências de indivíduo que verificam entre eles a relação de individualidade. Como será visto, isso permite solucionar os problemas levantados pela semântica dos nomes próprios através de um ponto de vista internalista.

IV. Cronograma

Como acima referido, a presente proposta prevê um programa de pesquisa de duração total de 36 meses, dos quais 24 meses referentes ao programa de Pós-Doutorado no país (PD), a ser realizado na Universidade de São Paulo; e os outros 12

meses referentes ao estágio de pesquisa no exterior (BEPE), a ser efetuado na Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA).

O cronograma prevê um período inicial de 6 meses no Brasil, durante os quais o proponente traçará, juntamente com seu supervisor principal, um roteiro de trabalho com vistas ao aproveitamento máximo do período de estágio em Berkeley. Os primeiros esboços de textos serão realizados.

Entre os meses 7 e 18, o proponente realizará seu estágio no exterior, onde desenvolverá as ideias iniciais sob a supervisão do Prof. Searle, e onde participará ativamente dos eventos do departamento, com o objetivo de interagir ao máximo não apenas com o Prof. Searle, mas com toda a comunidade filosófica relevante. O estágio culminará, além das diversas comunicações a seminários, congressos e eventos afins, com a redação de um robusto artigo (ou eventualmente dois de menor extensão) em inglês, em que serão expostos os principais resultados até então obtidos, com qualidade e maturidade suficientes para publicação em uma revista internacional reconhecidamente de ponta.

Entre os meses 19 e 36, o proponente seguirá seu trabalho no Brasil, tratando de desenvolver os resultados já obtidos juntamente com o Prof. Luiz Henrique e demais pesquisadores da USP relevantes ao projeto, sempre em contato constante com o Prof. Searle nos EUA. Além das comunicações a congressos, colóquios etc., a publicação de pelo menos mais dois artigos de ponta para publicação internacional, e dois artigos para publicação nacional, estão igualmente previstos, assim como o início da elaboração de um livro destinado a reunir de forma homogênea e estruturada a pesquisa realizada durante os 36 meses.

Caso as partes envolvidas julguem pertinente, poderá ser considerada a possibilidade de prorrogação do programa de Pós-Doutorado, com vistas a dar prosseguimento à confecção do referido volume.

V. Disseminação e avaliação

A disseminação da pesquisa se dará de acordo com as modalidades previstas na Seção II acima. Cabe ainda salientar, nesse sentido, que as perspectivas de disseminação dos resultados são claramente as melhores possíveis, uma vez que, no Brasil, a Universidade de São Paulo situa-se como instituição de ponta e de máxima

visibilidade, situação na qual se insere em toda a sua dimensão o seu Departamento de Filosofia, assim como seus pesquisadores em geral, e em particular o Prof. Luiz Henrique; e, nos Estados Unidos, a reputação e o reconhecimento da Universidade de Berkeley, de seu Departamento de Filosofia, e do Prof. John Searle ultrapassam, sem margem a dúvidas, qualquer fronteira internacional.

A avaliação dos resultados estará baseada na qualidade e quantidade dos resultados obtidos, a serem medidos pelo peso das publicações alcançadas, e dos demais textos acadêmicos produzidos, assim como participações em congressos e eventos afins; além, finalmente, dos relatórios e demais itens de avaliação previstos pela FAPESP para esta modalidade de financiamento.

VI. Outros apoios

Não se aplica.

VII. Bibliografia

Barwise, J. and Perry, J. (1975), Semantic innocence and uncompromising situations, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 392--404, Oxford University Press, 1990.

Blackburn P., de Rijke M., and Venema Y. (2001), *Modal Logic*, Cambridge University Press, Cambridge.

Burge, T. (1973), Reference and Proper Names, *Journal of Philosophy* 70, 425--439.

Carnap, R. (1947), *Meaning and necessity*, The University of Chicago Press, Chicago.

Chisholm, R. (1963), The logic of knowing, *The Journal of Philosophy* Vol. 60, No. 25 (Dec. 5, 1963), 773--795.

Davidson, D. (1968), On saying that, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 360--369, Oxford University Press, 1990.

Donnellan, K. (1966), Reference and Definite Description, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 236--248, Oxford University Press, 1990.

Donnellan, K. (1972), Proper Names and Identifying Descriptions, *in* Davidson, D. and Harman, G. (eds.), *Semantics of Natural Language*, 356--378, D. Reidel.

Dummett, M. (1981), *Frege: Philosophy of language*, 2nd. ed., Harvard University Press, Cambridge, MA.

Evans, G. (1973), The Causal Theory of Names, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 47: 187--208.

Frege, G. (1884), *Grundlagen der Arithmetik*, tradução inglesa: Austin, J. (1950), *The Foundations of Arithmetic*, Blackwell, Oxford.

Frege, G. (1892), On sense and nominatum, in Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 190--202, Oxford University Press, 1990.

Hintikka, J. (1961), Modality and quantification, *Theoria*, 27 : 119---128.

Hintikka, J. (1962), *Knowledge and belief - An introduction to the logic of the two notions*, Cornell University Press, Cornell, re-impresso por King's College Publications, London, 2005.

Hintikka, J. (1969a), Semantics for propositional attitudes, in Davis, J.W., Hockney, D.J. and Wilson, W.K., *Philosophical logic*, 21--45, D. Reidel, Dordrecht, 1969.

Hintikka, J. (1969b), Review of Kanger, S. (1957), *The Journal of Symbolic Logic*, Vol. 34, No. 2 (Jun., 1969), 305--306.

Kanger, S. (1957), The Morning Star paradox, *Theoria*, 23: 1--11.

Kripke, S. (1963), Semantical analysis of modal logic I. Normal modal propositional calculi. *Zeitschrift für Mathematische Logik und Grundlagen der Mathematik*, 9: 67--96.

Kripke, S. (1979), A puzzle about belief, in Margalit, A. (ed.), *Meaning and Use*, 239--283, D. Reidel, Dordrecht.

Kripke, S. (1980), *Naming and necessity*, Basil Blackwell, Oxford.

Mill, J.S. (1843), *A System of Logic*, University Press of the Pacific, Honolulu, 2002.

Putnam, H. (1973), Meaning and Reference, in Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 308--315, Oxford University Press, 1990

Putnam, H. (1975), *Mind, Language and Reality*, Cambridge University Press, Cambridge.

Quine, W.V. (1943), Notes on existence and necessity, in Linsky, L. (ed.), *Semantics and the philosophy of language*, 77--91, University of Illinois Press, 1952.

Quine, W.V. (1947), The problem of interpreting modal logic, *Journal of Symbolic Logic*, Volume 12, Issue 2 (Jun., 1947), 43--48.

Quine, W.V. (1956), Quantifiers and propositional attitudes, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 353--359, Oxford University Press, 1990.

Quine, W.V. (1960), *Word and object*, MIT Press.

Russell, B. (1905), On denoting, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 203--211, Oxford University Press, 1990.

Russell, B. (1910), Knowledge by acquaintance and knowledge by description, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 11: 108--28.

Searle, J. (1981), Proper Names, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 273--277, Oxford University Press, 1990.

Searle, J. (1969), *Speech Acts*, Cambridge University Press, Cambridge.

Searle, J. (1981), Proper Names and Intentionality, *in* Martinich, A.P. (ed.), *The philosophy of language*, 330--346, Oxford University Press, 1990.

Searle, J. (1983), *Intentionality*, Cambridge University Press, Cambridge.